

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR

PÚBLICO: um estudo de caso realizado em uma prefeitura localizada na região Centro-Oeste em Minas Gerais.

Geovana Maria Santos Silva¹, Guilherme Ferreira Silva¹, Guilherme Santos Cesário¹, Pedro Henrique Melillo^{2*}

¹Graduandos em Ciências Contábeis – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco

²Docente – Instituto Metodista Izabela Hendrix

*Autor-correspondente: phmelillo@gmail.com

RESUMO

Este estudo aborda o tema análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. O propósito é avaliar a situação orçamentária do município de Biquinhas, que está localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais, através das demonstrações contábeis referentes aos anos de 2014 e 2017. A metodologia utilizada para se alcançar os objetivos foi uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Com base nas informações obtidas através dos relatórios financeiros (Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), com maior ênfase sobre o balanço orçamentário, foram aplicadas as análises a partir do orçamento aprovado, execução orçamentária e índices contábeis a fim de se chegar a uma conclusão a respeito da situação orçamentária do município.

PALAVRAS-CHAVE: Setor Público. Relatórios Financeiros. Balanço Orçamentário.

ABSTRACT

This study addresses the analysis of accounting statements applied to the public sector. The purpose is to evaluate the budgetary situation of the municipality of Biquinhas, located in the Center-West region of Minas Gerais, through the financial statements for the years 2014 and 2017. The methodology used to achieve the objectives was a qualitative approach and quantitative, exploratory and descriptive, through a bibliographical research, documentary research and case study. Based on the information obtained through the financial reports (Budget Balance, Balance Sheet, Balance Sheet and DVP), with more emphasis on the budget balance, the analyzes were applied from the approved budget, budget execution and accounting indexes in order to arrive at a conclusion regarding the budgetary situation of the municipality.

KEY WORDS: Public sector. Accounting statements. Budgetary Balance.

INTRODUÇÃO

A contabilidade pública é tão relevante quanto a contabilidade societária, que é aplicada nas organizações privadas. Além da prestação de contas aos cofres públicos, através de dispositivos legais e constitucionais, deve-se buscar transparência em relação aos seus demonstrativos financeiros.

Para todas as organizações que recebem direta ou indiretamente recursos públicos, é exigida a contabilidade pública. De uma forma mais simples, Kummer (2011) diz que o patrimônio público corresponde ao conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente das entidades que compõem a administração pública. A contabilidade pública no Brasil, independente da sua área Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que baseia-se principalmente na Lei 4.320 de 17 de março de 1964, é responsável pelo registro da previsão da receita e a fixação da despesa estabelecidos no orçamento público aprovado para o exercício, controla as operações de crédito, escritura a execução orçamentária e compara a previsão das receitas e fixação das despesas.

O atual cenário econômico do Brasil, nos anos de 2017 e 2018, está comprometido, devido à má gestão, ao rombo elevado nas contas públicas, à prática de corrupção, e taxas de desempregos relativamente altas, entre outros. Observa-se que as contas do governo dos últimos anos, segundo números oficiais, vêm registrando déficits consecutivos, ou seja, despesas maiores do que as receitas.

Visando a importância de uma boa gestão, controle, execução dos orçamentos e as variações sobre o patrimônio público, o presente trabalho aborda o tema “Análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público”, no qual pretende responder a seguinte questão problema: qual a situação orçamentária do município?

Tal abordagem se faz necessária, pois, através dos demonstrativos contábeis, após analisados e interpretados, é possível extrair relevantes informações a respeito da situação orçamentária do ente estudado, podendo assim, chegar a uma conclusão a respeito dos resultados alcançados, e observar se o ente público, através de seus gestores, busca obter um melhor controle das contas públicas, respeitando os parâmetros, possuindo contas “saudáveis” e transmitindo transparência.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar e interpretar as demonstrações contábeis da prefeitura municipal da cidade de Biquinhas, localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, com população de 2.634 habitantes,

segundos dados do censo realizado pelo IBGE, em 2010. De acordo com a NBC T 16.6, as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público são: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

O trabalho baseou-se nas informações das demonstrações do Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) referente aos anos de 2014 e 2017. Os objetivos específicos são conceituar as demonstrações, analisar e interpretar os dados do balanço orçamentário e apresentar ao leitor o que significa para a prefeitura os impactos causados pelas análises.

Este propósito será conseguido a partir do estudo de caso realizado em um ente público, no qual foi utilizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, por meio de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo, busca-se fundamentar o trabalho teoricamente, no qual são abordados assuntos acerca da contabilidade e das demonstrações contábeis, com maior ênfase em contabilidade aplicada ao setor público, com a finalidade de avaliar a situação orçamentária do município, objetivando demonstrar como os autores tratam o assunto.

1.1 Contabilidade Pública

A contabilidade é muito antiga e sempre existiu. Com o passar dos anos a sua função não é mais vista basicamente para atender as exigências do governo, mas a nova contabilidade deve ser vista como uma ferramenta que auxilia os gestores a tomarem decisões. A contabilidade pode ser estudada de modo geral para todas as empresas ou em particular, ou seja, aplicada em certo ramo de atividade ou setor. A contabilidade pública está ligada à administração governamental, buscando, através das contas, evidenciar a situação do ente público sob os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física, decorrentes de suas variações patrimoniais. Segundo

Felgueiras (2015), a contabilidade pública é o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da fazenda pública, mostra o patrimônio público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento.

O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. As entidades do setor público, objeto da contabilidade pública, são os órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que, possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades. Equiparam-se, para efeito contábil, às pessoas físicas que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.

Todo orçamento federal deve seguir regras básicas previstas na constituição, os princípios orçamentários, que são definidos com base na lei nº 4.320/1964, e têm o objetivo de padronizar e garantir que o dinheiro público seja usado da maneira correta. De acordo com Quintana et al. (2011), os princípios orçamentários, especificados no Quadro 1, regem a elaboração, execução, avaliação e controle do orçamento público, aplicáveis em todos os poderes e níveis do governo federal, estadual, distrital e municipal.

A contabilidade pública obedece as diretrizes estabelecidas pelo plano plurianual (PPA), que, segundo Kohama (2010), são os objetivos e as metas do poder executivo, representado pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, para um período de quatro anos. Este, por sua vez, segue as normas gerais da lei 4.320/64 de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A Lei Orçamentária Anual (LOA) caracteriza-se por sua aplicabilidade financeira direta. Através desta lei, os gestores públicos conseguem fixar os valores a serem efetivados para cada atividade específica. Após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o poder executivo elabora o projeto de lei orçamentária anual.

Quadro 1 – Visão Sistêmica dos Princípios Orçamentários

VISÃO SISTÊMICA DOS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS		
PRINCÍPIOS	FOCO PRINCIPAL	MARCA LEGAL
Unidade	O orçamento deve ser uno, ou seja, consiste em elaborar um orçamento único, existindo apenas uma lei orçamentária para cada ente federativo.	art. 2º da lei 4.320/64
Universalidade	O orçamento deve conter todas as receitas e despesas do estado.	lei 4.320/64 nos art. 2º e art.3º
Anualidade	O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período de tempo determinado, geralmente um ano.	§ 5º do art. 165 da CF 88
Exclusividade	Verifica-se que a lei de orçamento conterà exclusivamente a previsão da receita e fixação da despesa.	art. 165, § 8º da CF/88
Equilíbrio	Determina a igualdade entre receitas previstas e despesas fixadas, não podendo a despesa ultrapassar o montante da receita.	Reforçada na LRF, art. 12 § 2º
Legalidade	As peças orçamentárias devem seguir os mandamentos legais aplicáveis à gestão pública.	art. 37 166 da CF/88
Publicidade	Refere-se a obrigatoriedade de publicação de todos os atos praticados no processo orçamentário.	no § 3º do art. 37 da CF/88
Especificação	As receitas e despesas devem aparecer de forma discriminada, com transparência, de tal forma que se possa saber as origens dos recursos e sua aplicação.	art. 5º e 15 da lei nº 4.320/64
Não Afetação da Receita	A receita não pode ter vinculações, ou seja, nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para certos casos ou determinados gastos.	art. 167 da CF/88
Orçamento Bruto	Todas as parcelas da receita e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, vedando assim quaisquer deduções.	art.6º da lei 4.320/64

Fonte: Elaborado pelo autor.

1.2 Receitas e Despesas Públicas

Considera-se como receita pública todos os recursos auferidos pelo Estado. Através dela, o ente público custeia a manutenção de sua estrutura, além de todos os serviços prestados à população. A este dispêndio, nomeia-se despesa pública.

Para fins legais, o Manual de Contabilidade Ligada ao setor público (MCASP) conceitua a receita orçamentária como todas as receitas recolhidas, até mesmo aquelas oriundas de operações de crédito, ainda que não tenham sido mencionadas no orçamento.

Porém, segundo Rosa (2013), nem todas as entradas de recursos são receitas, pois algumas podem consistir de mera entrada de caixa, estar condicionadas a uma

posterior restituição ou recebimento de valores emprestados, não alterando o patrimônio líquido do órgão. A estes, chama-se de ingressos orçamentários.

As receitas orçamentárias são classificadas, pelo critério econômico, em receitas correntes e receitas de capital, as quais são descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação pela natureza das receitas

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS ATRAVÉS DO CRITÉRIO ECONÔMICO	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
São receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, além das resultantes de recursos financeiros arrecadados de pessoas de direito público ou privado, destinadas a cobrir despesas classificadas em Despesas Correntes.	São aquelas derivadas da realização de recursos financeiros originários de criação de dívidas; da conversão de bens e direitos; os recursos arrecadados de pessoas de direito público ou privado, destinadas a cobrir despesas classificadas em Despesas de Capital e o <i>superávit</i> do Orçamento Corrente.

Fonte: Adaptado do art. 11 da Lei nº 4.320/1964, disponível em (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4_320.htm).

As receitas correntes aumentam o patrimônio líquido do ente público, ao contrário das receitas de capital, que não causam efeito sobre o mesmo.

A despesa orçamentária caracteriza, de acordo com Piscitelli e Timbó (2014), um consumo de recursos do patrimônio líquido do Estado, ou seja, é uma saída de recursos financeiros imediata, a qual reduz a disponibilidade, ou mediata, que se registra a obrigação.

Do ponto de vista baseado na categoria econômica, o MCASP classifica a despesa orçamentária como despesas correntes e despesas de capital, as quais são relacionadas no Quadro 3.

Desse modo, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa para ser efetivada.

Quadro 3 – Classificação pela natureza das despesas

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS ATRAVÉS DO CRITÉRIO ECONÔMICO	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
São todas aquelas que não participam diretamente na aquisição de um bem de capital. Tomemos como exemplo as despesas de custeio e transferências correntes.	Participam diretamente na aquisição de um bem de capital, mantendo uma conexão com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento, ou o registro de desincorporação de um passivo. São elas: investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

Fonte: Adaptado do MCASP (pág. 75).

1.3 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)

As demonstrações contábeis reúnem informações extraídas dos documentos contábeis do ente público. A norma NBC T 16.6 orienta que elas devem identificar a entidade, a autoridade responsável e o contabilista, além de serem divulgadas com os respectivos valores monetários do exercício anterior, que devem ser indicados em unidades de milhar ou de milhão.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, com a norma NBC T 16.6, com o MCASP e com a Lei Complementar nº 101/2000, as DCASP são as citadas a seguir, as quais, neste artigo, são abordadas as quatro primeiras: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

1.3.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas (Quadro 4). Conforme o MCASP, as categorias econômicas e de origem da receita indicam a previsão inicial, a previsão atualizada do exercício, as receitas realizadas e o saldo, que reflete o excedente ou a escassez de arrecadação. No que tange às despesas, são separadas por natureza através do critério econômico, caracterizando a dotação inicial, a dotação atualizada do exercício, as despesas: empenhadas, liquidadas e pagas, e o respectivo saldo da dotação.

Quadro 4 – Estrutura do quadro principal do Balanço Orçamentário

<ENTE DA FEDERAÇÃO> BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
EXERCÍCIO: 20XX						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)		
RECEITAS CORRENTES (I)						
Receita Tributária						
Receita de Contribuições						
Receita Patrimonial						
Receita Agropecuária						
Receita Industrial						
Receita de Serviços						
Transferências Correntes						
Outras Receitas Correntes						
RECEITAS DE CAPITAL (II)						
Operações de Crédito						
Alienação de Bens						
Amortizações de Empréstimos						
Transferências de Capital						
Outras Receitas de Capital						
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária						
Contratual						
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Déficit (VI)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
TOTAL (VII) = (V + VI)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL (IX)						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI - XII)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Superávit (XIII)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
RESERVA DO RPPS						

Fonte: Extraído do MCASP (pág. 367-369).

Segundo Rosa (2013), o Balanço Orçamentário evidencia a diferença entre o orçamento aprovado e a execução orçamentária, sucedendo em *superávit* ou *déficit*. Portanto, a sua análise viabiliza a apuração de indicadores que possibilitam avaliar a gestão orçamentária. O *superávit* é a diferença positiva entre a execução da receita e da despesa, enquanto que o *déficit* é a diferença negativa entre as mesmas.

1.3.2 Balanço Financeiro

O art. 103 da Lei nº 4.320/64 apresenta o Balanço Financeiro como demonstração obrigatória, o qual deverá trazer a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Contudo, Slomski (2013) salienta que essa demonstração virá a ser abolida, uma vez que, de acordo com o novo padrão internacional de contabilidade, será apresentada a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.3.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP), definido por Bezerra Filho (2015), indica a situação patrimonial do ente público, através das contas que o compõem: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. As duas primeiras são separadas em “circulante” e “não circulante”, enquanto que na última, o resultado do período deve ser segregado dos acumulados. O Balanço Patrimonial proporciona diversas análises sobre a situação patrimonial da entidade pública, como seu endividamento e grau de liquidez.

1.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará, segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/64, “as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”.

Essas alterações são relacionadas pela NBC T 16.6 como variações qualitativas, que não afetam o patrimônio líquido, e variações quantitativas, as quais decorrem de transações que aumentam (Variação Patrimonial Quantitativa Aumentativa), ou

diminuem (Variação Patrimonial Quantitativa Diminutiva) o patrimônio líquido. O resultado do período é apurado pela comparação entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

2 METODOLOGIA

Conforme salientado na introdução, foram analisados os demonstrativos contábeis de um ente público, localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais, buscando evidenciar qual a situação orçamentária do município. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a metodologia é utilizada para evidenciar, ou seja, deixar claro o método de abordagem e os métodos de procedimento.

De acordo com Severino (2007), o artigo científico tem por finalidade registrar e divulgar, para público especializado, resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não devidamente explorados ou expressando novos conhecimentos sobre questões em discussão. Assim, de acordo com a ABNT (2003), esse artigo é classificado como artigo original, pois, se trata de um estudo de caso realizado em um ente público localizado em um município da região Centro-Oeste de Minas Gerais.

Tal pesquisa foi realizada no ano de 2018, especificamente entre os meses de agosto e novembro. Foram utilizados como base para este estudo, o balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, e DVP (demonstração das variações patrimoniais) do ente público em questão, referente aos anos de 2014 e 2017.

Sob o ponto de vista da abordagem do problema o presente trabalho é considerado uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Na pesquisa qualitativa, segundo Silva e Menezes (2005) há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. Deste modo, a pesquisa qualitativa foi realizada buscando pesquisar as principais demonstrações contábeis do setor público.

A pesquisa quantitativa, segundo Silva e Menezes (2005) considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir, em números, as informações. Diante dessas informações dos principais índices contábeis, foi possível realizar os cálculos dos mesmos.

Sob o ponto de vista de seus objetivos, este estudo foi classificado como uma pesquisa descritiva e exploratória. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população e pode ser elaborada também com o propósito de identificar possíveis relações entre variáveis. Assim, a pesquisa descritiva foi utilizada para descrever as principais demonstrações contábeis de uma prefeitura localizada em um município da região Centro-Oeste de Minas Gerais.

A pesquisa exploratória, de acordo com Casarin e Casarin (2012) tem como objetivo proporcionar um conhecimento sobre determinado problema ou de um tema pouco explorado, ou, sobre um assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva. Assim, foram realizadas as análises dos índices contábeis, a fim de se chegar a uma conclusão a respeito dos resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica e financeira do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.

Do ponto de vista dos seus procedimentos técnicos, foram utilizados para este estudo os procedimentos de estudo de caso, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Este trabalho tratou especificamente de um estudo de caso, que segundo Yin (2015), investiga um fato ou evento contemporâneo em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes. Assim, foi realizado um estudo de caso no ano de 2018 em uma prefeitura localizada em um município da região Centro-Oeste em Minas Gerais, por meio de coleta de informações em relatórios contábeis referentes aos anos de 2014 e 2017.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010), é elaborada com base em material já existente e publicado. Essa modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações. Sendo assim, para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas diversas obras literárias, de diferentes autores, falando sobre as principais demonstrações e índices contábeis, voltados para a área pública e interligando-os com a parte prática do trabalho.

Já a pesquisa documental, segundo Oliveira (2007), caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Assim, foram analisados mais

precisamente o balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e DVP (demonstração das variações patrimoniais) referente aos anos de 2014 e 2017, tornando a pesquisa rica nas informações.

O ente público utilizado como base para este estudo, está localizado na cidade de Biquinhas, um município da região centro-oeste de Minas Gerais. De acordo com o censo realizado pelo IBGE, em 2010, sua população era de 2.634 habitantes.

A técnica de análise utilizada foi comparativa e de triangulação, que de uma forma mais simples, segundo Creswell (2003), pode ser usada para a validação dos dados por meio da comparação entre fontes de dados distintas, examinando-se a evidência dos dados e usando-os para construir uma justificativa.

Assim, para validar os dados quantitativos que foram realizados através dos cálculos dos quocientes (índices contábeis) e qualitativos sobre as demonstrações contábeis, foram utilizados como base de comparação deste estudo três elementos distintos: as principais demonstrações contábeis do setor público referentes aos anos de 2014 e 2017, livros de vários autores, buscando comparar as ideias dos mesmos a respeito dos assuntos abordados, e buscou-se fundamentos com base nas leis orçamentárias ou (LOA) Lei Orçamentária Anual.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e as discussões referentes aos dados coletados, nas demonstrações contábeis do ente público em estudo, nos anos de 2014 e 2017.

3.1 Análise do Balanço Orçamentário

A análise do balanço orçamentário pode ser classificada em três grupos, são eles a análise partir do orçamento aprovado, da execução orçamentária e índices contábeis. Para a análise do balanço orçamentário do ente público em estudo, foram utilizadas as análises e quocientes que foram julgados adequados e importantes para interpretação dos resultados que são apresentados pelo balanço orçamentário nos anos de 2014 e de 2017.

3.1.1 Análise a partir do orçamento aprovado

A seguir são apresentadas as análises e os resultados a partir do orçamento aprovado, com base no balanço orçamentário dos anos de 2014 e 2017 do ente público em estudo.

3.1.1.1 Cumprimento da regra de ouro

A Regra de Ouro impede que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). A tabela 1 apresenta a análise do cumprimento da regra de ouro no ente público estudado.

Tabela 1 – Análise do cumprimento da Regra de Ouro

	2014	2017
Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesas de Capital	634.385,33	2.781.710,35
Resultado	Op. de Crédito < Despesas de Capital	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os dados analisados da tabela 1, houve o cumprimento da Regra de Ouro nos dois períodos, sendo as operações de crédito de valor inferior ao somatório das despesas de capital. Essa regra impede que os entes da federação se endivitem para o pagamento de despesas correntes como pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e custeio da máquina pública.

3.1.1.2 Capitalização/descapitalização

A capitalização ou descapitalização é uma análise comparativa entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital. A capitalização é a associação de *Superávit Corrente* e *Déficit* de Capital, e a descapitalização é uma combinação conjunta de *Superávit* de Capital e *Déficit* Corrente. A tabela 2 apresenta os resultados para o ente público em questão.

Tabela 2 – Análise da capitalização/descapitalização

	2014	2017
Receitas correntes	10.215.130,71	11.944.122,56
Despesas correntes	10.045.123,93	11.941.422,21
Receitas de capital	608.515,05	986.038,73
Despesas de capital	634.385,33	2.781.710,35
Resultado	Superávit Corrente e Déficit de Capital	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando os dados da tabela 2, constatou-se que nos exercícios de 2014 e 2017 houve capitalização, ou seja, uma situação favorável para o ente público, pelo fato do valor das receitas de capital ser inferior ao das despesas de capital. Assim sendo, as receitas correntes financiam as despesas de capital.

3.1.1.3 Endividamento

O endividamento é uma análise que relaciona as operações de crédito e amortização da dívida. Se as operações de crédito apresentarem um valor maior que a amortização da dívida, haveria uma situação desfavorável, devido ao aumento do endividamento, pois as receitas de capital financiariam as despesas correntes. Porém, caso contrário, se as operações de crédito forem inferiores à amortização da dívida, resultaria em uma situação favorável, a qual diminuiria o endividamento, em consequência das receitas correntes financiarem as despesas de capital. A Tabela 3 indica a análise do ente público estudado nesse quesito.

Tabela 3 – Análise do endividamento

	2014	2017
Operações de Crédito	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os dados apresentados na tabela 3 demonstram que não houve movimentação nas contas em questão, durante os exercícios de 2014 e 2017. Entende-se então que o ente público está numa situação favorável, pois não houve aumento do endividamento.

3.1.2 Análise a partir da execução orçamentária

A seguir serão apresentadas as análises e os resultados a partir da execução orçamentária, com base no balanço orçamentário dos anos de 2014 e 2017 do ente público em estudo.

3.1.2.1 Resultado orçamentário

A tabela 4 mostra a análise do resultado orçamentário obtido a partir das demonstrações contábeis nos anos de 2014 e 2017.

Tabela 4 – Análise do resultado orçamentário

2014	2017
Receita Arrecadada = 10.823.645,76	Receita Arrecadada = 12.390.191,29
Despesa Executada = 10.679.509,26	Despesa Executada = 14.723.132,56
Resultado = RA > DE	Resultado = RA < DE

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados analisados, observa-se que a receita arrecadada no ano de 2014 foi maior que a despesa executada, sendo assim, conclui-se que houve um *superávit* orçamentário neste exercício. Já em 2017 a receita arrecadada foi menor que a despesa executada, assim, conclui-se que houve um *déficit* orçamentário no exercício de 2017.

3.1.2.2 Resultado da execução da receita

A tabela 5 mostra a análise da execução da receita a partir das demonstrações contábeis nos anos de 2014 e 2017.

Tabela 5 – Análise do resultado da execução da receita

2014	2017
Receita Prevista = 0,00	Receita Prevista = 23.430.000,00
Receita Arrecadada = 10.823.645,76	Receita Arrecadada = 12.930.161,29
Resultado = Não se obteve	Resultado = RP > RA

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados analisados, no ano de 2014 houve um erro no balanço orçamentário, pois, a receita prevista estava zerada. Assim, não foi possível realizar a análise de diferença entre os anos. Já em 2017 a receita prevista foi maior que a receita arrecadada, mostrando que houve insuficiência na arrecadação no exercício de 2017.

3.1.2.3 Resultado da execução da despesa

A tabela 6 mostra a análise da execução da despesa, a partir das demonstrações contábeis nos anos de 2014 e 2017.

Tabela 6 – Análise do resultado da execução da despesa

2014	2017
Despesa Fixada = 2.374.070,94	Despesa Fixada = 23.430.000,00
Despesa Executada = 10.679.509,26	Despesa Executada = 14.723.132,56
Resultado = DF < DE	Resultado = DF > DE

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados analisados, observa-se que a despesa fixada no ano de 2014 foi menor que a despesa executada, sendo assim, conclui-se que houve um excesso de despesa no exercício de 2014. Uma importante observação no ano de 2014, é que no balanço orçamentário constitui uma situação impossível, pois as despesas não podem ser executadas sem a respectiva autorização orçamentária. Já em 2017, a despesa fixada foi maior que a despesa executada, portanto, conclui-se que houve uma economia de despesa no exercício no de 2017.

3.1.3 Análise por meio de índices contábeis

A seguir serão apresentadas as análises e os resultados por meio dos índices contábeis, com base no balanço orçamentário dos anos de 2014-2017 do ente público em estudo.

3.1.3.1 Quociente de execução da despesa

O quadro 5 mostra os quocientes da execução da despesa, a partir das demonstrações contábeis dos anos de 2014 e 2017.

Quadro 5 – Quociente de execução da despesa

FÓRMULA	2014	2017
<u>Despesa Executada</u> <u>Dotação Atualizada</u>	<u>10.679.509,26</u> = 4,50 2.374,070,94	<u>14.723.132,56</u> = 0,63 23.430.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os dados analisados, no ano de 2014 o quociente de execução da despesa apresentou um resultado de 4,50, logo, tem-se uma despesa executada maior que a dotação atualizada. Esse resultado jamais poderia ocorrer, portanto demonstra a utilização de dotação orçamentária sem a devida autorização legal. Já em 2017, o quociente apresentou um resultado de 0,63, logo, tem-se uma despesa executada menor que a dotação atualizada. Esse resultado demonstra o quanto da dotação atualizada (autorizada legalmente) foi utilizada como despesa executada. E a diferença representa uma economia orçamentária.

3.1.3.2 Quociente do resultado orçamentário

O quadro 6 mostra os quocientes do resultado orçamentário, a partir das demonstrações contábeis dos anos de 2014 e 2017.

Quadro 6 – Quociente do resultado orçamentário

FÓRMULA	2014	2017
<u>Receita Realizada</u> <u>Despesa Empenhada</u>	<u>10.823.645,76</u> = 1,01 10.679.509,26	<u>12.930.161,29</u> = 0,88 14.723.132,56

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os dados analisados, no ano de 2014 o quociente do resultado orçamentário apresentou um resultado de 1,01, logo, tem-se uma receita realizada maior que a despesa empenhada. Esse resultado demonstra a existência de um *superávit* orçamentário de execução. Já em 2017, o quociente apresentou o resultado de 0,88, logo, tem-se uma receita realizada menor que a despesa empenhada. Esse resultado apresenta a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

3.1.3.3 Quociente da execução orçamentária corrente

O quadro 7 mostra os quocientes da execução orçamentária corrente, a partir das demonstrações contábeis dos anos de 2014 e 2017.

Quadro 7 – Quociente da execução orçamentária corrente

FÓRMULA	2014	2017
<u>Receita Realizada Corrente</u>	<u>10.215.130,71</u> = 1,02	<u>11.944.122,52</u> = 1
<u>Desp. Empenhada Corrente</u>	<u>10.045.123,93</u>	<u>11.941.422,21</u>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os dados analisados, no ano de 2014 o quociente da execução orçamentária corrente apresentou um resultado de 1,02, logo, tem-se uma receita corrente maior do que a despesa corrente realizada no exercício, pois houve mais que R\$ 1,00 de receita corrente para cada R\$ 1,00 de despesa corrente realizada. Já em 2017, apresentou um resultado de 1, logo, tem-se uma receita corrente recebida igual à despesa corrente realizada no exercício. Esse quociente demonstra equilíbrio, pois para cada R\$ 1,00 de receita corrente, foi realizado R\$ 1,00 de despesa corrente.

3.1.3.4 Quociente financeiro real da execução orçamentária

O quadro 8 mostra os quocientes da execução da despesa, a partir das demonstrações contábeis dos anos de 2014 e 2017.

Quadro 8 – Quociente financeiro real da execução orçamentária

FÓRMULA	2014	2017
<u>Receita Realizada</u>	<u>10.823.645,76</u> = 1,11	<u>11.944.122,56</u> = 0,94
<u>Despesa Paga</u>	<u>9.714.941,77</u>	<u>12.650.627,26</u>

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com os dados analisados, no ano de 2014 o quociente financeiro real da execução orçamentária apresentou um resultado de 1,11, logo, a receita realizada é maior do que a despesa paga, o que indica que houve então um *superávit* na execução orçamentária e financeira. Já em 2017, o quociente apresentou um resultado 0,94, logo, tem-se uma receita realizada menor que a despesa paga. Isto significa que, mesmo sendo utilizado o regime de caixa também para a despesa paga, haverá *déficit* na execução orçamentária e financeira.

3.2 Análise do Balanço Patrimonial

Na tabela 7 são apresentadas as análises da situação financeira, que foram julgadas adequadas e importantes para interpretação dos resultados apresentados no balanço patrimonial, nos anos de 2014 e 2017 do ente público em estudo.

Tabela 7 – Análise da situação financeira do Balanço Patrimonial

2014	2017
Ativo Financeiro = 3.094.406,47	Ativo Financeiro = 2.878.785,07
Passivo Financeiro = 1.771.469,44	Passivo Financeiro = 3.235.649,75
Resultado = AF > PF	Resultado = AF < PF

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados analisados, observa-se que em 2014 o ativo financeiro foi maior que o passivo financeiro, sendo assim, conclui-se que há um excesso de recursos financeiros, ou seja, um *superávit* financeiro a curto prazo, em confronto com as obrigações exigíveis a curto prazo. Já no ano de 2017, observa-se que o ativo financeiro foi menor que o passivo financeiro, sendo assim, conclui-se que houve um *déficit* financeiro a curto prazo, ou seja, a soma das disponibilidades realizáveis a curto prazo não são suficientes para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo.

3.3 Análise do Balanço Financeiro

A tabela 8 mostra os resultados obtidos no balanço financeiro, nos anos de 2014 e 2017 do ente público em estudo.

Tabela 8 – Análise do Balanço Financeiro

2014	2017
Receita Financeira = 15.147.922,34	Receita Financeira = 19.513.959,99
Despesa Financeira = 16.112.489,83	Despesa Financeira = 19.513.959,99
Resultado = RF < DF	Resultado = RF = DF

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados analisados, em 2014 a receita financeira foi menor que a despesa financeira, mostrando que os recebimentos foram menores que os pagamentos no exercício de

2014. Já em 2017, a receita financeira e a despesa financeira foram iguais, mostrando que houve um equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos no exercício de 2017.

3.4 Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, mostrada na Tabela 9, informa as alterações efetivas sofridas pelo patrimônio durante o transcorrer de um período que, no caso desse estudo, corresponde aos exercícios de 2014 e 2017. Em realidade, esta demonstração indica, por um lado, os recursos financeiros efetivamente obtidos e, por outro, os recursos aplicados e utilizados nas várias atividades executadas pela administração.

Tabela 9 – Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

	2014	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	13.049.309,38	15.474.303,25
Variações Patrimoniais Diminutivas	12.306.788,77	14.441.822,33
Resultado Patrimonial do Período	742.520,61	1.032.480,92

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados da tabela 9, tem-se um *superávit* patrimonial nos dois exercícios analisados, caracterizados pelo fato das variações patrimoniais aumentativas terem um valor maior que as variações patrimoniais diminutivas, sendo, por este motivo, uma situação favorável para o ente público em estudo.

CONCLUSÃO

Diante deste estudo de caso, entende-se que as análises das demonstrações contábeis são de suma importância para qualquer empresa, pois elas indicam os pontos fortes e fracos do desempenho operacional e financeiro e, com base nessas informações, é possível melhorar esse desempenho. Além disso, as análises podem ser usadas para auxiliar as decisões estratégicas que afetam os desempenhos financeiros futuros. No decorrer do trabalho foi possível compreender que é fundamental, para o processo de análise de demonstrações financeiras, conhecer as características do setor de atividade da empresa que está sendo analisada.

Para um ente público, a análise das demonstrações contábeis se torna uma ferramenta contábil de grande relevância, principalmente porque possibilita a análise da atuação dos

gestores públicos, se estes estão cumprindo as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual impõe o controle dos gastos públicos e promove a transparência da entidade, e se estão realizando o que fora prometido em suas campanhas eleitorais, ou seja, é uma forma da população fiscalizar a destinação dos recursos públicos. Cabe ao contador da entidade a separação dos dados, combinando-os adequadamente, a fim de viabilizar e compreender a sua interpretação de maneira correta.

No decorrer do estudo, foi possível compreender o objetivo geral deste trabalho, que foi analisar a importância das demonstrações financeiras para a prefeitura municipal da cidade de Biquinhas, localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais. Tal abordagem se faz necessária, pois através do entendimento das análises, foi possível verificar quais as principais contas foram impactadas e quais as consequências, para que sejam tomadas as devidas providências.

Com o resultado dessa pesquisa, em relação a Balanço Orçamentário, nota-se que o ente público apresentou economia orçamentária no exercício de 2014, devido a receita arrecada ter sido menor que a despesa executada, e um *déficit* no ano de 2017, pelo fato do valor da despesa executada ter se sobressaído ao valor da receita arrecadada, em consequência da insuficiência de arrecadação ocorrida neste período. Além disso, observou-se alguns erros legais na composição das contas do Balanço Orçamentário, como por exemplo, o valor da despesa fixada ter sido menor que o valor da despesa executada, situação que se constitui impossível e demonstra a utilização de dotação orçamentária sem a devida autorização legal. O ente público apresentou uma boa situação patrimonial no exercício de 2014, de acordo com a análise realizada no Balanço Patrimonial, ao contrário do ano de 2017, em que houve um *déficit* financeiro a curto prazo. Com relação ao Balanço Financeiro, em 2014 a receita financeira foi menor que a despesa financeira, porém no exercício de 2017, houve um equilíbrio entre os recebimentos e pagamentos. A Demonstração das Variações Públicas apresentou resultado positivo, pois houve um *superávit* patrimonial nos dois exercícios analisados.

Por fim, sugere-se futuramente a realização de uma análise mais aprofundada e fazer uma comparação com outras prefeituras mineiras de mesmo porte, a fim de ampliar o conhecimento da sociedade sobre as demonstrações contábeis públicas. Com isso, é possível ter uma base da situação financeira, conhecer os pontos fortes e fracos da entidade pública e gerar informações para melhorar a transparência do município.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6022**: apresentação de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro, 2003.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa Científica**: da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012. 199 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos abordagens. Califórnia: Sábio, 2003.

FELGUEIRAS, Jose Antonio. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Método, 2015.

FILHO, João Eudes Bezerra. **Contabilidade aplicada ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 300-301 p.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUMMER, Mauro José. **Patrimônio Público, Materiais e Logística**. Paraná: Instituto Federal do Paraná, 2011. 111 p.

MARCONI, M. A; Lakatos, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 157 p.

QUINTANA, A. C. et al. **Contabilidade Pública**: De acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 243 p.

SÁ, Antônio Lopes de. **Prática e teoria da contabilidade geral**. 22 ed. Curitiba: Juruá, 2009. 307 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 299 p.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 185-491 p.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública**: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC). 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 117 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Santana: Bookman, 2015. 271 p. Tradução de: Cristhian Matheus Herrera.

ANEXO

ANEXO A – Balanço Orçamentário – Receitas e Despesas Orçamentárias

BALANÇO ORÇAMENTARIO				
Descrição da Receita	Receita Prevista (2014)	2017	Receitas Realizadas (2014)	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	20.967.117,91	10.215.130,71	11.944.122,56
Receita Tributária	0,00	1.228.850,59	345.248,77	262.893,65
Receita de Contribuições	0,00	1.095.654,00	315.421,11	989.213,83
Receita Patrimonial	0,00	238.927,00	506.403,93	364.788,89
Receita de Serviços	0,00	9.210,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	18.039.488,57	8.962.570,17	10.257.274,11
Outras Receitas Correntes	0,00	354.987,75	85.486,73	69.952,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	2.462.882,09	608.515,05	986.038,73
Alienação de Bens	0,00	96.000,00	76.460,00	0,00
Amortizações e Empréstimos	0,00	2.205,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	2.364.677,09	532.055,05	986.038,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I+II+III)	0,00	24.430.000,00	18.823.645,76	12.930.161,29
SUBTOTAL DCOM REFINANCIAMENTO (VI)=(IV+V)	0,00	23.430.000,00	10.823.645,76	12.930.161,29
Déficit	0,00	0,00	0,00	1.792.971,27
TOTAL (VIII)=(VI+VII)	0,00	23.430.000,00	10.823.645,76	14.723.132,56

BALANÇO ORÇAMENTARIO				
Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada (2014)	2017	Despesas Empenhadas (2014)	2017
DESPESAS CORRENTES (IX)	1.188.144,87	18.989.064,42	10.045.123,93	11.941.422,21
Pessoal e Encargos Sociais	96.749,56	9.691.823,34	5.913.040,27	7.297.056,06
Juros e Encargos da Dívida	1.109,40	0,00	150,60	0,00
Outras Despesas Correntes	1.090.285,91	9.297.241,08	4.131.933,06	4.644.366,15
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.174.827,57	4.390.833,21	634.385,33	2.781.710,35
Investimentos	1.174.827,57	4.278.916,96	588.432,39	2.701.789,57
Inversões Financeiras	0,00	5.916,25	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	106.000,00	45.952,94	79.920,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	11.098,50	12.399,78	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	37.702,59	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII)=(IX+X+XI)	2.374.070,94	23.430.000,00	10.679.509,26	14.723.132,56
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI)=(IV+V)	2.374.070,94	0,00	10.679.509,26	14.723.132,56
Superávit	0,00	0,00	144.136,20	0,00
TOTAL (VIII)=(XV+XVI)	2.374.070,94	0,00	10.823.645,76	14.723.132,56

ANEXO B – Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

BALANÇO PATRIMONIAL		
	Exercício Atual 2014	Exercício Atual 2017
ATIVO	6.714.287,83	6.989.533,70
ATIVO CIRCULANTE	3.155.563,45	3.002.271,77
Caixa e Equivalente de caixa	3.013.026,58	1.823.072,33
Créditos a Curto Prazo	59.729,68	32.521,45
Investimentos e Aplicações a curto prazo	82.807,19	1.146.677,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.558.724,38	3.987.261,93
Realizável a longo prazo	0,00	960.279,17
Créditos a Longo prazo	0,00	960.279,17
Imobilizado	3.558.724,38	3.026.982,76
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.098.624,35	6.989.533,70
PASSIVO CIRCULANTE	1.492.863,20	3.067.582,15
Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar	1.255.407,12	1.138.099,85
Empréstimos e Financiamentos a curto prazo	70.819,33	0,00
Fornecedores e Contas a pagar a curto prazo	58.647,50	222.048,02
Demais obrigações a curto prazo	107.989,25	1.707.434,28
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	86.136,41	2.958.685,22
Empréstimos e Financiamentos a longo prazo	86.136,41	1.392.229,26
Patrimônio Líquido	4.519.624,74	963.266,33
Resultados Acumulados	4.519.624,74	963.266,33

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
	Exercício Atual 2014	Exercício Atual 2017
ATIVO (I)	6.714.287,83	6.989.533,70
Ativo Financeiro	3.094.406,47	2.878.785,07
Ativo Permanente	3.619.881,36	4.110.748,63
PASSIVO (II)	1.857.605,85	7.628.226,71
Passivo Financeiro	1.771.469,44	3.235.648,75
Passivo Permanente	86.136,41	4.392.576,96
Saldo Patrimonial (I-II)	4.856.681,98	638.693,01

ANEXO C – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL 2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 2014
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	12.930.161,29	10.821.302,89
Ordinária	6.198.598,35	5.583.410,70
VINCULADA	6.731.562,94	5.237.892,19
Recursos Vinculados à Educação	2.856.185,34	1.936.726,80
Recursos Vinculados à Saúde	2.118.632,07	1.934.822,51
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	1.182.050,89	670.029,74
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	574.694,64	696.313,14
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	622.776,10	598.516,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	622.776,10	598.516,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	3.109.637,52	950.324,09
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.552.314,30	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	520.191,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.036.730,61	950.324,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	401,61	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	2.851.385,08	2.777.779,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.851.385,08	2.777.779,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL(V) = (I+II+III+IV)	19.513.959,99	15.147.922,34
DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL 2017	EXERCÍCIO ANTERIOR 2014
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	14.723.132,56	10.679.509,26
Ordinária	5.747.014,25	5.232.524,19
VINCULADA	8.976.118,31	5.446.985,07
Recursos Vinculados à Educação	4.281.983,99	1.808.893,69
Recursos Vinculados à Saúde	3.259.053,27	2.644.428,92
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	1.025.368,42	436.740,83
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	409.712,63	556.921,63
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	622.776,10	598.516,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	622.776,10	598.516,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.319.283,47	1.738.630,80
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	5.275,53	283.036,47
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	357.547,82	370.068,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	953.761,72	1.085.526,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.698,40	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	2.848.767,86	3.095.833,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.848.767,86	3.095.833,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	19.513.959,99	16.112.489,83

ANEXO D – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais	
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício 2014
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2.575.944,10
Juros e Encargos de Mora	7,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	7,35
Serviços	2.483.019,44
Uso de material de consumo	1.181.077,74
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.664.097,18
Pensões	74.706,75
Aposentadorias e Reformas	780.658,64
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	855.365,39
Encargos Patronais	720.304,30
Remuneração a Pessoal	4.337.370,58
PESSOAL E ENCARGOS	5.057.674,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.306.788,77
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	71.244,29
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	71.244,29
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	21.026,32
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	21.026,32
Transferências das Instituições Multigovernamentais	918.506,90
Transferências Inter Governamentais	10.272.942,06
Transferências Intragovernamentais	598.516,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	11.789.964,96
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	506.403,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	506.403,93
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	80.114,22
Contribuições Sociais	235.306,89
CONTRIBUIÇÕES	315.421,11
Taxas	163.706,93
Impostos	181.541,84
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	345.248,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.049.309,38
Transferências Intragovernamentais	598.516,00
Transferências Intergovernamentais	1.784.381,74
Transferências a Instituições Privadas	68.300,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	972,00
Transferências a Consórcios Públicos	123.774,36
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	26.485,77
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	26.485,77
TRIBUTÁRIAS	105.117,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
Contribuições	105.117,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.096,13
Incentivos	7,60
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	22.088,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	742.520,61

Demonstrativo das Variações Patrimoniais	
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício 2017
Incentivos	3.748,00
Premiações	246,80
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.847,27
Contribuições	134.493,24
TRIBUTÁRIAS	134.493,24
Transferências a Consórcios Públicos	232.229,86
Transferências a Instituições Multigovernamentais	109.105,56
Transferências a Instituições Privadas	39.500,00
Transferências Intergovernamentais	2.040.823,10
Transferências Intragovernamentais	622.776,10
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.044.434,62
Juros e Encargos de Mora	5.615,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	5.615,65
Serviços	2.398.746,26
Uso de material de consumo	1.552.177,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.950.923,26
Pensões	227.201,62
Aposentadorias e Reformas	1.182.697,02
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.409.898,64
Encargos Patronais	800.336,25
Remuneração a Pessoal	5.079.273,40
PESSOAL E ENCARGOS	5.879.609,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.441.822,33
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	55.621,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	55.621,59
Ganhos com Desincorporação de Passivos	70.819,33
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	70.819,33
Transferências das Instituições Multigovernamentais	890.082,71
Transferências Inter Governamentais	12.296.146,63
Transferências Intragovernamentais	622.776,10
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	13.809.005,44
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	397.992,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	397.992,59
Contribuição de Iluminação Pública	139.783,74
Contribuições Sociais	849.430,09
CONTRIBUIÇÕES	989.213,83
VARIAÇÃO PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2017,00
Taxas	108.339,53
Impostos	154.554,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	262.893,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.474.303,25
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	12.852,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.032.480,92